



SUB MIS SÕES

UM OLHAR SOBRE O IMPACTO DO URBANISMO IDEALIZADO NA SOCIEDADE URBANA CONTEMPORÂNEA: A CIDADE JARDIM E A CIDADE DAS TORRES

Maya Neves de Moura Araújo; Graduada
em Arquitetura e Urbanismo, Bolsis-
ta do Programa de Educação Tutorial;
mayanevesm@gmail.com

Em função do crescimento do tráfego de automóveis e da evolução de tecnologias construtivas, em um período compreendido entre a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial, foram introduzidos ao planejamento urbano e à arquitetura os ideais de funcionalismo, verticalização e vias de fluxo rápido. De acordo com Gehl (2015, p. 56) tais fatores influenciaram a construção de uma dinâmica urbana na qual são desvalorizados os espaços públicos, impedindo a caminhada agradável, a permanência adequada e o encontro de pessoas.

O referido autor afirma que as novas áreas urbanas se constituem, frequentemente, em "agrupamentos de edifícios especulares isolados, e aleatórios, entre estacionamentos e grandes vias" (GEHL, 2015, p. 56), e prossegue explicitando que tanto os aspectos físicos das grandes cidades como os sociais exercem influências um no outro. A partir dessas considerações, é possível identificar as raízes do individualismo e da efemeridade que marcam o comportamento humano nas grandes cidades contemporâneas.

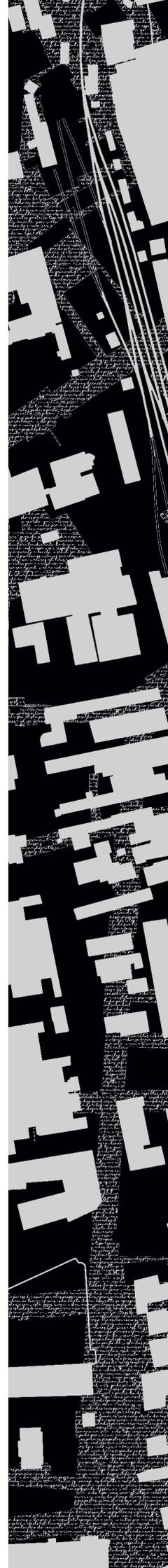
Para tanto, reportar-nos-emos aos conceitos de "Cidade Jardim" e "Cidade das Torres" como ideais influentes na configuração deste cenário. Esse olhar tem por finalidade compreender como tais conceitos contribuíram com a fragmentação socioterritorial no espaço urbano, bem como resgatar aspectos da cidade original favoráveis à dimensão e às relações humanas.

Por décadas, a dimensão humana tem sido um tópico do planejamento urbano esquecido e tratado a esmo, enquanto [...] as ideologias predominantes de planejamento – em especial, o modernismo – deram baixa prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade (GEHL, 2015, p. 3)

Era final do século XIX quando se popularizou o conceito de cidade-jardim. Preconizada por teóricos diversos desde meados do referido século, foi através de Ebenezer Howard (1850-1928) que a cidade-jardim se trajou de forma e conteúdo. Conceito de urbanização culturalista, estabelecido como resposta ao capitalismo crescente em um período entre guerras e revolução industrial, foi uma das primeiras e mais importantes respostas aos males produzidos pela cidade no século XIX.

Enquanto militante no movimento socialista inglês, Howard dispôs de referências essenciais para a construção de seu pensamento, dentre as quais Hall (2005, p. 106) destaca: Edward Gibbon Wakefield, propondo que, ao atingir-se um número de habitantes estabelecido dentro da cidade, outra deveria ser construída nos arredores, separando-as por um cinturão verde; Alfred Marshall, alegando que a transferência de parte da população de grandes centros para os campos, provocaria benefícios econômicos a longo prazo; o Movimento Regresso à Terra; e as obras "Progress and Poverty" (1881), de Henry George, e "Looking Backward" (1889), de Edward Bellamy.

Nesse contexto, Howard propunha a implantação de comunidades cooperativas autogeridas, para 32.000 habitantes, sem distinção por



poder aquisitivo. Evidenciava uma busca por soluções aos principais problemas que assolavam a sociedade e a economia, tais como o êxodo rural, a superlotação dos grandes centros, a precariedade da habitação, a geração de emprego e renda, entre outros. A cidade-jardim consistia, portanto, em um processo de transformação social, "uma combinação sadia, natural, econômica, da vida da cidade com a vida do campo, e tudo isso num terreno que pertence à municipalidade" (CHOAY, 1992, p. 222)

Contudo, a forma como o conceito de cidade-jardim repercutiu, ao longo do tempo e em diferentes espaços, o tornou distorcido, levando a resultados por vezes catastróficos. A formação de numerosos subúrbios-dormitórios foi um deles, bem como o incentivo à implantação de condomínios residenciais fechados nas cidades. Em contraposição aos esquemas utópicos, cujo intuito era o de prover a recolonização do campo, amenizando o adensamento populacional nos grandes centros, as influências suscitadas acabaram por contribuir, em muitos lugares, com a dispersão do território e a criação de enclaves urbanos. Essas consequências podem ser encontradas em muitas das cidades brasileiras.

Já a "Cidade das Torres" - em alusão ao urbanismo modernista, teve Le Corbusier (1887-1965) como seu principal idealizador. Foi sob influência do processo de revolução industrial, o avanço tecnológico e a consequente transformação das dinâmicas socioeconômicas, que se produziram os princípios urbanísticos modernos que iriam reger o plano das cidades de Le Corbusier. Entre o fim do século XIX e início do século XX, o urbanismo moderno atingia o seu auge. Com o término da Segunda Guerra Mundial, e, como consequência, a necessidade de reinventar as cidades, entendia-se necessário realocar grandes massas populacionais, desamparadas pelos efeitos das guerras, para conjuntos habitacionais.

De origem suíça e descendente de uma família de relojoeiros, Le Corbusier, argumenta Hall (1988, p. 244), tentava reduzir a dinâmica da cidade e da sociedade ao funcionamento de um relógio, de modo racionalizado e controlador.

Com esse pensamento, o arquiteto definiu as quatro funções básicas que seriam desenvolvidas na cidade moderna: habitar; trabalhar; cultivar o corpo e o espírito; e circular. É, pois, com base nessas funções que se estruturam as intenções projetuais em seus primeiros planos urbanísticos.

Segundo Choay (2005, p. 190), a moradia, ou célula, como Corbusier denominava a habitação, deveria ser bem estudada, de modo a alcançar um modelo ideal e uniforme, que deveria ser executado em massa. Ao espaço público e à arborização, caberia a função de quebrar a monotonia da paisagem ante os prédios imponentes distribuídos à margem de largas avenidas. Le Corbusier se utilizou ainda do conceito da cidade jardim, quando propunha, na verdade, a criação de subúrbios jardim - uma distorção da ideia original. Quanto a este aspecto, Choay (2005, p. 192) destaca "Os urbanos, os suburbanos e os mistos. [...] Devemos distinguir um órgão denso, rápido, ágil concentrado: a cidade [...] um outro órgão flexível, extenso, elástico: a cidade-jardim".

Os centros seriam compostos por arranha-céus destinados a escritórios, onde se alojariam industriais, a elite intelectual e os artistas. Adjacente a esta zona, estariam dispostas as áreas residenciais: a primeira destinada ao público dos centros, o *Plan Voisin*; e, depois, outra mais modesta, destinada à população que detinha a força de trabalho. (HALL, 1988, p. 246).

Em meio à Grande Depressão (1929), o plano *Corbusiano* vestiu-se de caráter sindicalista, levando à coletivização das zonas, especialmente da habitação, agora denominada *Unités*. (HALL, 1988, p. 247). Agora, a moradia, mais do que nunca, passara a funcionar como elemento primordial, a partir do qual a cidade iria progredir. Em um processo de zoneamento e segmentação uniforme, este espaço destinava-se ao homem-tipo, igualmente padrão.

Apesar de apresentar poucas expressões concretas, a ideologia modernista influenciou diversas cidades constituídas no decorrer do século XX, tanto no planejamento urbano quanto no âmbito da arquitetura. Embora tais traços

satisfizessem interesses de grande parte das classes alta e média – proporcionando condições privilegiadas ao uso do transporte individual, através das vias expressas, ou a habitação em zonas homogêneas e isoladas, aliando a ideia do subúrbio jardim com o zoneamento por funções de trabalho –, o reflexo para as classes com menor poder aquisitivo mostrava-se desastroso. Esse ainda é o cenário dos grandes centros urbanos brasileiros.

Uma das principais falhas, comum em ambos os planos, estava justamente na desconsideração das complexidades e particularidades no que tange à dimensão humana. Tratava-se de planos poucos flexíveis, direcionados a sociedades idealizadas. O zoneamento das áreas urbanas com base no ofício exercido pelas pessoas, presente nos dois planos, acabava levando-os à criação, ou à ampliação, de caótica segregação socioespacial.

A criação de subsistemas urbanos representa um fator desfavorável à solução dos problemas de integração de pessoas e do território, por coibir a livre experiência do indivíduo, com o espaço e com outrem. De acordo com Edward Hall (2005, p. 5), “nossas cidades estão gerando diferentes tipos de pessoas em seus cortiços, hospitais psiquiátricos, presídios e bairros afastados de classe média alta”, entretanto a transformação da urbe requer um aprofundamento acerca das necessidades humanas ante o caráter coletivo que permeia a vivência urbana.

Em vista disso, será retomada a ideia inicial de cidade, sua natureza histórica, valendo-se da contribuição de Mumford, para, então, entre as características citadinas originais, encontrar funções ou vocações humanas capazes de nortear medidas de planejamento urbano, tendo em vista a solução dos desafios aqui relatados.

Antes da cidade houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais. (MUMFORD, 1998, p. 11).

Portanto, observa-se que, em seu caráter essencial, a aglomeração urbana é precedida pelo aspecto social do homem. É, pois, a relação humana sobre o espaço que confere significado à cidade. Sendo esta plural – por mesclar espaços e serviços formais e informais, indivíduos com opiniões contrastantes, e que desempenham funções diversas – destaca-se a importância do respeito às dimensões humanas no ato do planejamento urbano.

Diante disso, é evidenciada a necessidade de prever e valer-se da diversidade e da variabilidade que caracterizam as dinâmicas humanas na cidade contemporânea, de modo a permitir a apropriação contínua e constante dos espaços públicos. Deve-se atentar, sobretudo, para a necessidade de tornar atrativos e seguros tais espaços, tendo em vista a sua significância para a realização de atividades cotidianas de circulação, permanência e encontro de pessoas. Logo, o resgate à vivência da cidade é um dos meios que possibilitará a superação aos problemas de segregação socioespacial que assolam os centros urbanos no século XXI.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, F. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- HALL, E. T. A **Dimensão Oculta**. Tradução Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HALL, P. **Cidades do Amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MUMFORD, L. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.